

Congresso Nacional de Educação

O I Congresso Nacional de Educação (Coned), realizado em Belo Horizonte, reuniu cinco mil pessoas e marcou a retomada do movimento unificado em defesa da educação. Durante os quatro dias do evento foram apresentados 218 trabalhos, 205 comunicações; realizadas 10 conferências, 65 mesas-redondas e 34 oficinas.

A coordenação do Congresso marcou para o próximo mês a distribuição das resoluções do Coned. Entre outubro e dezembro deste ano, fóruns estaduais estarão debatendo as resoluções e elaborando novas propostas que serão sistematizadas pela secretaria-geral.

A Andes (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior) lançou, no primeiro dia do Coned, sua proposta para a universidade brasileira. A publicação é fruto de anos de discussões sobre as instituições públicas e privadas e apresenta caminhos para a implantação da autonomia e o financiamento das instituições públicas.

Em relação à Universidade de São Paulo, os congressistas aprovaram duas moções apresentadas pelas entidades do Fórum das Seis. Uma delas repudia a postura intransigente dos reitores Arthur Roquete de Macedo, José Martins Filho e Flávio Fava de Moraes, que se recusam a abrir negociação salarial e punem os funcionários, e outra solicita o imediato afastamento do superintendente do HU/USP, Erasmo Tolosa, acusado de omissão de socorro às vítimas da explosão do Osasco Plaza Shopping.

Págs. 4, 5, 6 e 7

Descaso e incompetência das reitorias

Além de vontade política para remanejar recursos e priorizar a questão salarial, está faltando às reitorias da USP, Unesp e Unicamp competência administrativa para defender os recursos previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias para este ano de 96. No caso específico da USP, o sintoma do descaso do reitor Flávio Fava de Moraes é visível. Ao tomar conhecimento de que professores e funcionários desta universidade estão recorrendo a agiotas — em função dos baixos salários —, ele firmou convênio (veja abaixo) com o Banco Real, oficializando a agiotagem. A partir de agora, docentes e funcionários podem tomar empréstimos a juros de 69,6% ao ano.

Pág. 12

Reitor transforma-se em captador de financiamentos do Banco Real

Não importa que os servidores da USP estejam com a corda no pescoço. Não importa que os 7,63% não reponham as perdas. Não importa que a USP não tenha um projeto claro de pesquisa. Nada disso tem importância. O que importa é que o Real faz empréstimos a 4,5% ao mês.

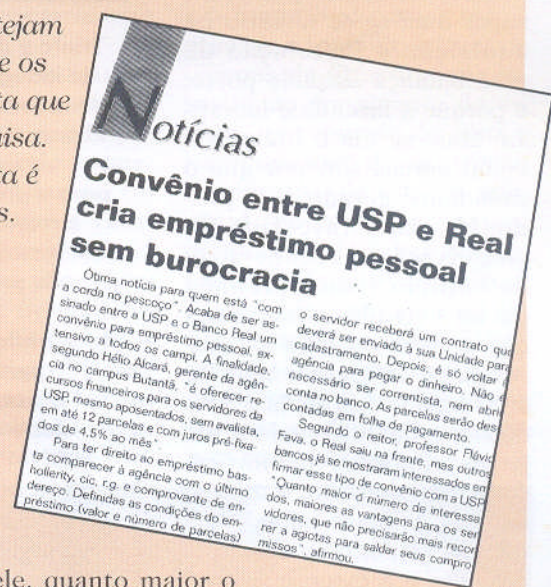
Não bastasse negar a reposição das perdas salariais na última negociação de data-base, a reitoria da Universidade de São Paulo ufana-se de um convênio firmado com o Banco Real com o propósito de “tirar a corda do pescoço” dos professores e dos funcionários. Destaque da página dois do informativo *Espaço Aberto* (veja reprodução ao lado), da Coordenação de Comunicação Social da Reitoria (CCS), trata o convênio como uma boa notícia. E ela pode ser, mas para

o Banco Real. A finalidade, afirma o gerente da agência no campus Butantã, é oferecer recursos financeiros para os servidores da USP, mesmo aposentados, sem avalista, em até 12 parcelas e com juros pré-fixados de 4,5% ao mês.

O reitor Flávio Fava de Moraes, entrevistado sobre o convênio, incentiva o empréstimo, como se se tratasse de uma corrente da felicidade. Segundo

ele, quanto maior o número de interessados, maiores as vantagens para os servidores, que não precisarão mais recorrer a agiotas — externos (acréscimo nosso) — para saldar seus compromissos. Se, ao invés de se colocar como captador de empréstimos do Banco Real, o reitor tratasse os servidores desta uni-

versidade com o respeito que eles merecem, repondo as perdas salariais e definindo um projeto de universidade de interesse realmente público, professores e funcionários não estariam nas mãos de agiotas e muito menos com “a corda no pescoço”, como frisa o informativo da CCS.



Problemas vão do asfalto a prédio abandonado

O campus da USP em Pirassununga apresenta uma série de problemas de infra-estrutura. Eles vão da falta de linhas telefônicas às péssimas condições do asfalto. Porém, o que mais vem causando preocupação nos professores das duas unidades que lá funcionam, é a falta de integração entre o projeto de produção, elaborado pelo prefeito daquele campus e o ensino, a pesquisa e a extensão.

Fotos: Rubens Zerbetto

Para quem entra pela primeira vez no campus da USP de Pirassununga, na realidade uma fazenda de 937,6 alqueires, três situações chamam a atenção do visitante.

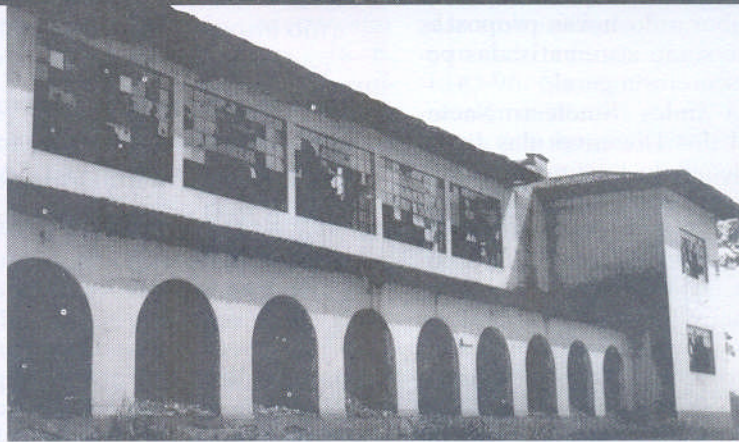
À esquerda do pórtico de entrada, logo se avista uma balança para caminhões, própria para aferir a quantidade de produtos comercializados pela Prefeitura da USP. Mais à frente, aproximadamente dois quilômetros de asfalto praticamente intransitável e, à esquerda da estrada que leva à administração central —às margens da rodovia Anhangüera—, avista-se um ginásio de esportes abandonado e parcialmente depredado.

Esses elementos permitem supor que, se se investiu na aquisição e instalação de uma balança daquele porte, é porque a fazenda é lucrativa. Mas, se ela é lucrativa, como parece ser, por que o excedente gerado pela produção não é investido na conservação e recuperação do edifício semidepredado ou na estrada esburacada que contribuiu para a ocorrência de acidentes? Mais, se a fazenda é destinada à produção, a quantas anda o objetivo primordial da universidade, notadamente a custeada com dinheiro público, no que diz respeito ao ensino, à pesquisa e à extensão? Estaria a produção dissociada do ensino, pesquisa e extensão?

Projeto empresarial — Para um conjunto de professores das Faculdades de Zootecnia e Engenharia de Alimentos (FZEA) e Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ), reunidos para debater estas questões no dia 8 deste mês, a Prefeitura do campus de Pirassununga vem adotando uma postura empresarial e orientando a fazenda para a produção, em detrimento da pesquisa. O prefeito Sinal



Trinta e cinco anos depois de inaugurado, o ginásio de esportes do campus de Pirassununga encontra-se abandonado. Previsto para a prática de esportes e reuniões culturais, ele tem servido como depósito de produção agrícola, apesar de estar interditado. Não há perspectivas, a curto prazo, de recuperação deste edifício histórico.



Silveira Neto defende-se, acusando docentes e pesquisadores. Segundo ele, “não existe nada dissociado da pesquisa, extensão e ensino. O que existe é falta de pessoas que queiram pesquisar”.

Segundo dados fornecidos pelos quatro departamentos existentes naquele campus, os cerca de 50 professores desenvolveram ou desenvolvem, apenas de 95 para cá, 41 projetos de pesquisa, entre infra-estrutura, informática e auxílios individuais, num montante de R\$ 1,3 milhão. O financiamento destas pesquisas foi conseguido em várias agências de fomento.

A origem desta disputa está intimamente ligada ao início da gestão do reitor Flávio Fava de Moraes, que autorizou as prefeituras da USP a cobrar por serviços. Segundo os professores, muitos dos serviços são mais caros quando contratados junto à Prefeitura da USP de Pirassununga em comparação com os preços de profissionais de fora da USP. Paga-se, portanto, pelos serviços de manutenção de prédios públicos, mas também pelos materiais investidos nas pesquisas, a exemplo de feno e milho. Dados fornecidos pelos professores pre-

sentes à reunião informam que não existe nas duas faculdades —FMVZ e FZEA— verba destinada à compra de animal, elemento essencial à pesquisa de várias áreas daquele campus. Os professores demonstram preocupação com a responsabilidade que eles têm em relação ao dinheiro da Fapesp, uma vez que não existe a contrapartida da Prefeitura.

Dados publicados no jornal *O Movimento*, de Pirassununga, dão conta que a Prefeitura da USP naquela cidade administra rebanhos de bovinos de corte (950 cabeças) e de leite (115), búfalos (110),

suínos (400), ovinos (80), caprinos (60), eqüinos (75), aves de postura e corte, coelhos e peixes. Sinval Neto, o prefeito, diz que não nega animais para a pesquisa. Ele faz questão, no entanto, de se convencer de que determinada pesquisa é de interesse da USP. Que interesses, ou quais os critérios adotados para aprovar a cessão de animais ele não esclarece. Diz apenas que compete ao prefeito a decisão.

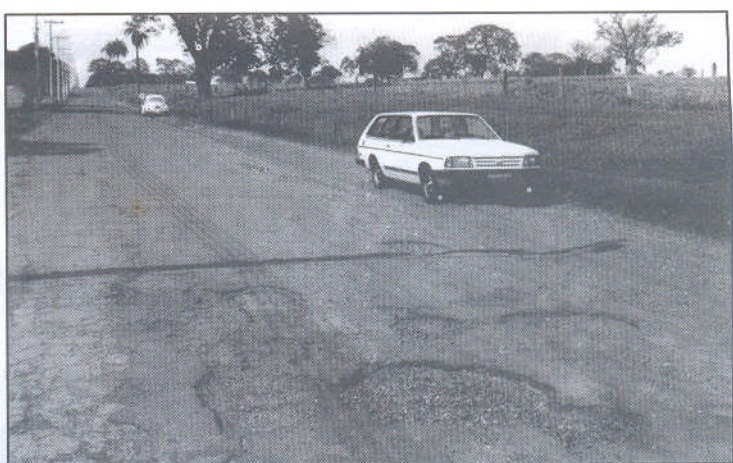
Sinval Silveira Neto não apresentou quantitativos de comercialização por parte da Prefeitura do campus de Pirassununga. Segundo ele, esses dados vão para a reitoria e compete a ela divulgá-los. O prefeito adiantou, porém, que o resultado financeiro da comercialização, menos os gastos, gira em torno de R\$ 30 mil por mês. Esse dinheiro, ainda segundo ele, é gasto ao longo do mês na manutenção e aquisição de equipamentos agrícolas.

Asfalto – Ao ser questionado sobre as péssimas condições do asfalto no interior do campus, Sinval Neto investe contra o Conselho Universitário, a Adusp e transfere o problema para a reitoria. “Num trecho de dois quilômetros”, diz ele, “está uma merda mesmo. Aconte-

ce que eu apresentei a solução e o Conselho Universitário votou contra a minha proposta, inclusive com o apoio da Adusp”.

O prefeito referia-se à proposta de construção de um aeroporto municipal no interior da fazenda da USP e em troca o município de Pirassununga se comprometia a recuperar um trecho de seis quilômetros e a construir outros 15 no interior do campus. Essa proposta foi derrotada no Conselho Universitário por 49 votos contra 35. “Críticas todo mundo faz, agora, quando alguém apresenta a solução, acabam investindo contra”, diz o prefeito da USP de Pirassununga. Segundo ele, diante do posicionamento do CO, a recuperação dos dois quilômetros críticos de asfalto foi assumida como prioridade pelo reitor Flávio Fava de Moraes. “O processo encontra-se na reitoria”, diz ele.

Nos últimos dois anos, conta o prefeito Sinval Neto, o campus de Pirassununga já efetuou oito operações tapaburacos. Um parecer da Construtora Simoso Ltda, assinado pelo engenheiro Alberto Saito, diz que “é urgente o serviço de recuperação do pavimento, sob risco de se perder mais de 60% da



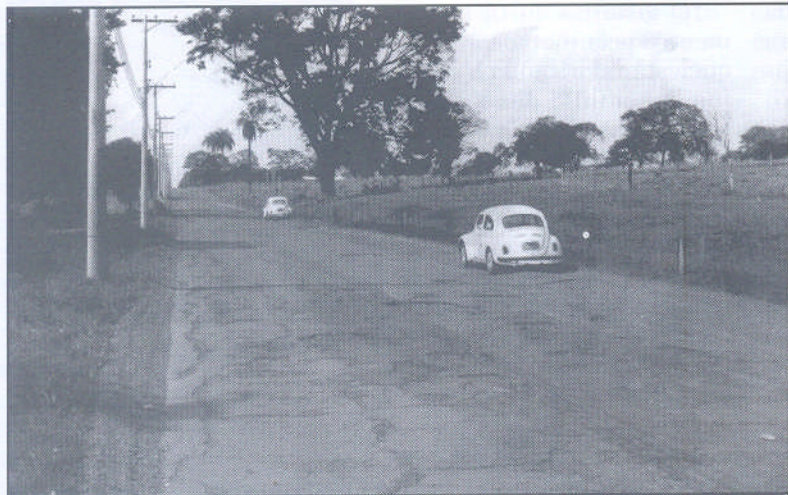
Buracos na pista central do campus afetam suspensão dos carros.

base e do asfalto existente”. O parecer informa, ainda, que o pavimento, da forma em que se encontra, não suportará o próximo período de chuvas. A Construtora Simoso apresentou um orçamento de R\$ 3,3 milhões para o recapeamento de trechos de desgaste normal do asfalto, trechos de desgastes provocados por infiltrações, trechos destruídos e a reconstrução do subleito, da base e do asfalto. A reitoria da USP, segundo informou o prefeito Sinval Neto, pretende gastar cerca de R\$ 300 mil apenas na recuperação de um trecho de dois quilômetros, na estrada principal.

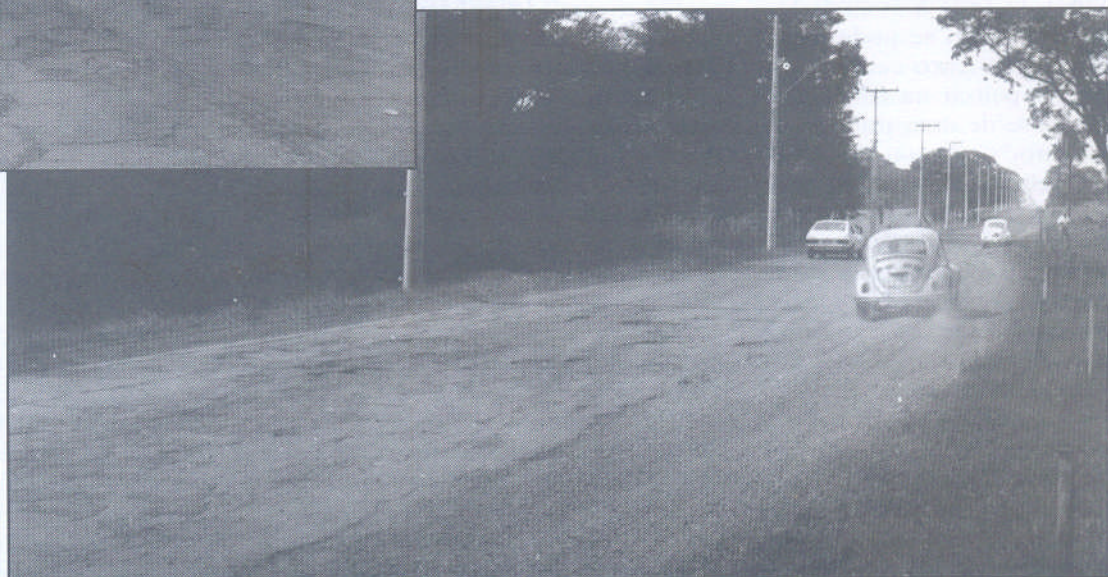
Telefonia – Um outro problema grave, na avaliação dos professores que trabalham no campus, é o de comunicação telefônica. Alguns relatam que aguardam até quatro horas para completar uma ligação interurbana. Segundo o prefeito, os problemas nesta área já foram maiores e alguns deles já foram resolvidos.

Na atual gestão, informa Sinval Neto, foram compradas seis novas linhas telefônicas e duas novas mesas, o que seria suficiente para desafogar a demanda. Ocorre, diz o prefeito, que o projeto e implantação da expansão da rede são feitos por um setor da Prefeitura do Campus da Cidade Universitária de São Paulo, a PCO, que até o momento ainda não deslocou equipe até Pirassununga para a instalação dos equipamentos.

Se não foi possível solucionar o problema do asfalto e recuperar o ginásio de esportes inaugurado em 1961, a atual gestão da Prefeitura do campus de Pirassununga investiu no tratamento de esgoto, na captação de água e na iluminação de um trecho significativo da estrada principal. Pena que o posteamento foi colocado a 30 centímetros do leito carroçável, desconsiderando padrões mínimos de segurança. Atualmente, para desviar dos buracos os motoristas criam tortuosos caminhos que passam rente aos postes.



Os motoristas são obrigados a criar caminhos alternativos ao lado do asfalto para evitar os buracos. A falta de padrões mínimos de segurança na colocação dos postes de iluminação colocou-os a trinta centímetros da pista.



Coned reúne cinco m entidades em def

O principal saldo do Congresso é o de ter reunificado Confederações, sindicatos, estudantes e cientistas para se contrapor às propostas do governo FHC e

Fotos: Juarez Fernandes Rodrigues

Professores, pesquisadores, estudantes, técnicos administrativos, funcionários de escolas e sindicalistas de todos os estados brasileiros, e de alguns países da América Latina, Caribe e Europa, participaram em Belo Horizonte (MG) do I Congresso Nacional de Educação (Coned). O encontro foi realizado entre os dias 31 de julho e 3 de agosto no campus da Universidade Federal de Belo Horizonte e reuniu cerca de cinco mil pessoas. Durante os quatro dias do evento, foram apresentados 218 trabalhos, 205 comunicações, 34 oficinas, 40 painéis, 10 conferências e 65 mesas-redondas.

Pela primeira vez na história do país, 12 entidades representativas do setor juntaram-se para debater os problemas da educação e propor soluções alternativas. Já no primeiro dia do Congresso (31 de julho) a Andes lançou um Caderno com a sua proposta para a universidade brasileira. O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, participou da abertura do congresso e afirmou que a discussão da crise educacional é papel de toda a sociedade. Para ele, não se pode falar em crescimento econômico sem se pensar na educação. "Trata-se de uma prioridade absoluta", afirmou. Vicentinho reiterou a defesa da universidade pública e gratuita e condenou o elitismo que impera no ensino superior. "Faculdade é coisa para 1% da população. O povo brasileiro não tem acesso a ela", afirmou o presidente da CUT.

O Congresso terminou com a aprovação de um documento denominado "Carta de Belo Horizonte", no qual os congressistas denunciam a crise na educação brasileira

e o autoritarismo com que o governo Fernando Henrique vem tratando o setor. "Esta política de desobrigação do Estado para com a educação pública, gratuita e de qualidade cada vez mais vem excluindo crianças, jovens e adultos da escola" denuncia um dos trechos do documento, acrescentando que este tipo de atuação aprofunda as desigualdades sociais e deteriora a qualidade da educação. A "Carta de Belo Horizonte", afirma ainda que o governo federal está submetendo o serviço público aos interesses do mercado.

Os coordenadores do Coned aprovaram uma agenda de trabalho que prevê para setembro a distribuição das resoluções deste primeiro encontro. Entre outubro e dezembro, os fóruns estaduais deverão debater as resoluções e novas propostas para encaminhar suas contribuições à secretaria-geral do congresso. Nos dois primeiros meses do próximo ano, a secretaria-geral consolidará as contribuições encaminhadas pelos fóruns e a partir de março realizará seminários preparatórios à realização do II Congresso Nacional de Educação.

Cortes de verbas – A deputada federal Esther Grossi (PT/RS) foi uma das presenças marcantes do Coned. Ela participou dos debates "Rede única, regime de colaboração e municipalização" e "Partidos políticos e educação para a cidadania". Reconhecida pelo trabalho à frente da Secretaria Municipal de Educação de Porto Ale-

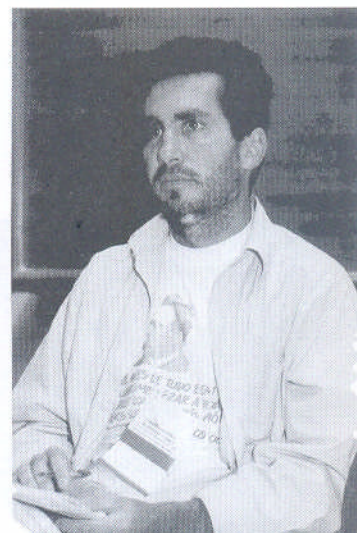


Plenária que debateu cortes de verbas e municipalização da educação.

gre, gestão do prefeito Olívio Dutra, Esther Grossi falou sobre a distribuição de verbas estatais para o ensino no Brasil e criticou a política adotada pelo governo Fernando Henrique Cardoso.

"O governo corta investimentos pela metade e afirma que está valorizando o ensino fundamental", disse ela, ao se referir à emenda constitucional 233/95, em tramitação no Congresso Nacional. A proposta prevê um gasto de R\$ 300 por aluno da rede pública, quando, segundo Esther Grossi, a legislação em vigor garante um custeio de R\$ 600. Para corrigir o que classifica de "indecência", a deputada gaúcha encaminhou Projeto de Lei à Câmara criando o custo-aluno/qualidade, que seria definido de acordo com as necessidades reais das escolas.

Quanto à importância deste I Congresso Nacional do setor, Esther Grossi disse que, reunir os profissionais de uma determinada área de atuação para elaborar propostas é realmente o pulmão da democracia. "Tenhamos ousadia de colocar elementos para que o professor, lá na sala de aula, possa fazer



Marcelino Rezende

face à esta demanda popular tão premente. E que, sobretudo os filhos das famílias populares, vão à escola dominar os conteúdos científicos que são instrumentos de poder ser cidadão", afirmou Esther Grossi.

O diretor da Adusp – Regional Ribeirão Preto –, José Marcelino de Rezende Pinto dividiu uma das mesas de debate com a deputada Esther Grossi e afirmou que, no Brasil, o milagre dos peixes acontece às avessas: 50 transmudam-se em cinco. Ele referia-se às ações dos governos fe-

il pessoas e reunifica esa da educação

o movimento organizado em torno da educação.
monstraram durante quatro dias que existe espaço
para formular um projeto alternativo para a área.



Esther Grossi

deral e estaduais que, através da Proposta da Emenda Constitucional 233/95 e da municipalização, buscam desobrigar-se do ensino fundamental. "Nunca, governos e empresários falaram tanto sobre a importância do ensino para a formação de um povo apto à modernidade e à globalização. E, não obstante, em nenhum momento da nossa história se formulou de forma tão consciente um projeto de desobrigação por parte do Estado de seus compromissos com a escola pública de qualidade para toda a população", disse José Marcelino Rezende.

Segundo ele, sabemos que a bandeira ideológica, no momento, está perdida. "O governo conseguiu nos desqualificar perante a opinião pública enquanto interlocutores, porém trazemos as bandeiras da maioria e este é o grande enigma a ser decifrado durante e após um encontro de educação da magnitude do Coned", afirmou Marcelino, que é professor do Departamento de Psicologia e Educação da FFCLRP-USP.

LDB – A senadora Emília Fernandes (PTB/RS) se disse

bastante preocupada com o projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em tramitação no Congresso Nacional, uma vez que a proposta original, debatida com os movimentos ligados à educação, foi bastante alterada. Vice-presidente da Comissão de Educação do Senado, onde o projeto aguarda para ser votado, a senadora gaúcha afirmou que a atitude do senador Darcy Ribeiro foi antiética em relação à LDB. Em 1995, ele apresentou um substitutivo modificando o projeto já aprovado em primeiro turno pela Câmara e que era fruto de discussões que envolveram toda a sociedade, em especial os educadores e as entidades sindicais ligadas à área da educação. "Ele desconheceu a trajetória do projeto", afirmou a senadora.

Apesar da empatia do assunto e do posicionamento de Emília Fernandes com o público que acompanhava a mesa-redonda "LDB: análise de um processo, situação e perspectivas", a senadora foi vaiada por uma parcela do auditório quando afirmou que o Senado conseguiu aprovar artigo que impede que o Estado pague os professores de religião. Para a senadora, compete às igrejas custear esse ensino. Uma outra parcela do público, no entanto, aplaudiu a senadora quando ela explicou seu posicionamento.

Fundações – A relação universidade, empresa e fundações foi debatida por João Carlos Cousin, da Fundação Universidade Rio Grande (RS), Luís Carlos Menezes, da USP, e Apolinário Alves Filho, da Fasubra (Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras). A discussão deste tema foi tensa, inclusive com acusações, por parte de pes-

soas do plenário, da existência de caixa dois – esquema de verba não contabilizada – em algumas fundações. Não se explicitou, no entanto, onde estariam os caixas paralelos e nem em quais fundações.

O professor Luiz Carlos Menezes, que implantou o Disque Tecnologia na USP, para fornecer orientação aos empresários, afirmou que empresa, no Brasil, é uma coisa variada e quando se fala nelas de forma genérica logo se imagina uma com muitos empregados. Porém, diz o professor da USP, é preciso olhar para o outro lado e ver o microempresário, aquele que ontem estava desempregado e hoje é proprietário de uma pequena loja, uma quitanda. "É exatamente esta empresa ou empresário que precisa da universidade, porque não tem acesso à tecnologia e modernização. Acontece que quando se fala em empresa na universidade, logo se pensa numa Siemens ou Metal-Leve. Nossa obrigação, afirma Menezes, é pensarmos nas centenas de milhares de pessoas que estão tentando sobreviver de produção e serviço.

Em relação às fundações implantadas na maioria das universidades, Menezes acredita que elas não são nem solução nem problema, são, sim, o sintoma do problema. A grande verdade, diz o professor da USP, é que a universidade não sabe gerir o relacionamento com a sociedade e abre espaços para as fundações. Classificadas por ele de exerescência, as fundações são quebra-galhos.

I CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

"Seria, evidentemente, muito melhor que elas não existissem e que a universidade desenvolvesse mecanismos próprios capazes de gerir o relacionamento com a sociedade, os serviços e os recursos", afirmou Menezes.

Autonomia – Segundo avaliação da diretora do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade de São Paulo (Sintusp), Jupiara de Castro, que acompanhou os debates sobre autonomia universitária, gestão e financiamento, em termos de aproveitamento o trabalho mais consequente foi apresentado por Maria Cristina de Moraes, presidente da Andes e professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

O trabalho apresentado pela representante da Andes resgata uma discussão que a comunidade universitária vem fazendo ao longo dos últimos anos em relação à autonomia universitária e seu papel social, diz Jupiara. Ainda segundo ela, o debate serviu para deixar clara a posição da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) representada no debate por Nestor Barbosa de Andrade, que prevê a autonomia plena, porém com a introdução de empresas e fundações nas universidades.

Se isso vier a ocorrer, avalia a diretora do Sintusp, teremos a empresa direcionando a pesquisa, o ensino e a extensão. O projeto da Andes vai de encontro a este posicionamento da Andifes.

Brasil, Portugal e Uruguai enfrentam avanço neoliberal na educação

Secretário da Federação Nacional dos Professores de Portugal, Mário David Soares, afirmou, durante o debate "Movimento sindical e educação para a cidadania", que a educação pública portuguesa passa por momentos semelhantes aos vividos pelo Brasil. Portugal, segundo ele, aprovou, este ano, uma Lei de Diretrizes e Bases para a educação discutida por todos os segmentos da sociedade. Porém, na hora de colocá-la em prática, o governo efetuou cortes de verbas e acenou com a privatização. Para Mário Soares, a educação não pode ser vista como um investimento individual, mas como prioridade social. O Brasil vive este mesmo dilema: o Senado, a partir de emenda apresentada por Darcy Ribeiro, está efetuando alterações no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias debatido com amplos setores ligados à educação.

Para fazer frente à política implantada pelo governo brasileiro na área da educação

pública, afirmou Mário Soares, o Coned ganhou uma importância vital. "A iniciativa é muito positiva por reunir entidades que estão deixando de lado divergências naturais para pensar na educação como um todo", disse o sindicalista português. Deste debate, participaram, ainda, Ivonne Passada, do Uruguai, Mônica Valente, da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Edmundo Dias (coordenador), ex-secretário-geral da Andes e professor da Unicamp.

Os trabalhos desta mesa dividiram-se, naturalmente, em duas partes: numa delas os expositores de Portugal e do Uruguai falaram não só da globalização que se pretende implantar na educação, mas também das transformações que se processam no processo pedagógico com a tentativa de desvalorização da escola como instrumento de formação; num outro momento, a representante da CUT tratou mais a questão da formação profissional. A uruguaia Ivonne Passada

analisou a essência de um discurso sedutor que os governos usam para se apoderar das bandeiras do movimento docente, identificando-as com práticas governamentais. Para ela, Brasil, Uruguai e Portugal enfrentam esse mesmo problema.

Segundo Edmundo Dias, como resultado dos debates, a mesa trabalhou a idéia da reconstrução da solidariedade internacional e avançou em termos de informações gerais. Para o ex-secretário geral da Andes, alguns passos importantes estão sendo dados, a exemplo da realização, nos dias 20, 21 e 22 de novembro deste ano, em Montevidéu, Uruguai, do Fórum Latino da Educação. Vamos procurar fazer deste encontro, não um muro de lamentações, mas sim a estruturação de um projeto coletivo internacional de resistência.

Em relação ao sucesso do I Congresso Nacional de Educação (Coned), Edmundo afirmou que não gostaria de colocar-se numa posi-



Edmundo Dias

ção de otimista superficial, mas acredita que o encontro não foi episódico. "As manifestações que estamos escutando são de profundo interesse em continuar a luta e estabelecer esse debate em todos os locais de trabalho. Isso significa que não ficaremos num evento isolado. Esse encontro pode vir a se transformar num ponto de referência para a retomada da luta dos educadores nacionais", afirmou Edmundo Dias.

Educação e trabalho infantil

"O Espaço do Coned deve ser um grande fórum de debate sobre educação, mas outras entidades do movimento social brasileiro devem estar representadas. O MST não pode estar aqui com uma banca de divulgação, mas sim participando das mesas". Esta afirmação da deputada Bia Pardi (PT/SP) dá bem o tom das discussões durante a mesa "Subdesenvolvimento, trabalho infantil e escolarização".

Beatriz Pardi apontou a relação entre a constante redução de recursos para a educação e as facilidades do trabalho infantil. "Estamos observando que as políticas educacionais dos governos federal

e estaduais excluem as crianças da escola. São políticas que jogam as crianças ao 'deus dará', muitas delas trabalhando aos 10 anos de idade", afirmou. Para Bia Pardi, é preciso que a sociedade se mobilize e articule o debate da educação associado ao trabalho infantil.

Sumára Oliveira Ribeiro, do Grupo Mineiro Contra o Trabalho Infantil, analisou a questão em Belo Horizonte e no Triângulo Mineiro, região de exploração na colheita da laranja. Segundo ela, em Minas existem crianças de 9, 10 e 11 anos trabalhando como cooperadas na colheita da laranja. "Isso é um absurdo e deve ser combatido", afirmou.

Desqualificação do diálogo

Professor de filosofia da Unicamp, Roberto Romano falou sobre a universidade, o poder, o segredo e a mentira durante a realização da mesa "Universidade, relações de poder, democratização e reforma". Ele apresentou a proposta de que toda a comunidade acadêmica passe a defender o fim do sigilo na aprovação de pedidos de financiamentos a pesquisa e de publicação de artigos em revistas científicas. "As agências de fomento e as revistas da área, mantidas com verbas públicas, não revelam os nomes das pessoas que julgam os pedidos de verbas ou publicações", afirmou Romano.

O filósofo da Unicamp criticou Fernando Henrique Cardoso por desqualificar a universidade. Segundo ele, o professor FHC enveredou pela trilha demagógica. O presidente sociólogo, disse Roberto Romano, numa aula na USP, anunciava o teor de seu governo: propaganda e descrédito jogados sobre a oposição. "O pior é que aquela 'aula', onde foi dito claramente que os docentes serviam apenas para falar – depois ele batizou esta operação lingüística de 'nhenhênem' – foi assistida por dezenas de professores. Eles aplaudiram a própria desqualificação, em pé, durante vários minutos", afirma Roberto Romano.

Andes lança, em BH, proposta para a universidade brasileira

O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes) lançou em Belo Horizonte, durante o Congresso Nacional de Educação, um caderno especial com propostas alternativas para a universidade brasileira. Para a presidente da Andes, Maria Cristina de Moraes, a isonomia salarial e a carreira única são fatores indispensáveis para conquistar condições de trabalho que possam, de fato, garantir padrão unitário de qualidade para a produção acadêmica.

Quais os passos que a Andes deu na elaboração de uma proposta alternativa para a universidade brasileira?

Cristina – Temos que ressaltar que esta proposta não surgiu agora; ela começou a ser construída desde que a Andes surgiu, primeiro enquanto associação docente e depois já transformada em sindicato nacional. Uma primeira versão desta proposta foi aprovada em Belo Horizonte (MG), no nosso 5º Conad, em 1982. Daquele momento até o final do primeiro semestre deste ano, o movimento docente não entendeu a proposta como concluída. Ele avançou na discussão do processo da democratização interna, na questão da avaliação institucional interna e externa, na questão da formulação de uma proposta de carreira e capacitação docente para o magistério superior – e não apenas para o magistério das públicas –, e também na questão da sua caracterização jurídica. Portanto, esta proposta é uma atualização de um caderno da Andes publicado em 1986.

Quais são as principais propostas que a Andes apresenta para discussão com a sociedade e qual a importância delas?

Cristina – A primeira questão é que nós apresentamos um contraponto à forma com que o governo federal vem elaborando propostas para a universidade brasileira, que alija do processo

qualquer perspectiva de discussão, seja com as entidades sindicais, seja com as entidades organizadas da sociedade civil e mesmo em geral com a sociedade brasileira. A proposta da Andes é um contraponto na medida em que foi discutida no interior do movimento docente e está, hoje, posta para a sociedade. A outra questão é que, em termos de fundamento, ela também é o inverso e o reverso do que o governo propõe para a educação nacional no geral e, em especial, para o ensino público. Defendemos – e isto é uma questão de fundo – a manutenção do ensino público, gratuito e de qualidade, não apenas em nível superior, mas sim em todos os níveis. Outra questão fundamental em que nos contrapomos à proposta governamental é a da avaliação. Enquanto o governo tem uma proposta de avaliação pontual, quantitativa, na perspectiva de penalizar as instituições, nós fazemos uma proposta de avaliação contextualizada que considera a região onde a universidade está inserida e as condições de trabalho de seus docentes. Ou-

tra questão, também importante, é a relação que a universidade deve ter com a sociedade; o espaço onde ela está inserida. Entendemos que a universidade tem o papel de se voltar para a maioria da população, socialmente referenciada e que contribua para o desenvolvimento tecnológico, social e cultural do país para conquistarmos a soberania brasileira.

Neste semestre, o Congresso Nacional estará debatendo e votando novo projeto de autonomia universitária. Ela está prevista na proposta de vocês?

Cristina – A autonomia universitária é um dos capítulos dessa nossa proposta. Trabalhamos a questão da

autonomia indissociada da questão da democracia e também do padrão unitário de qualidade. Enquanto o governo tem uma proposta de autonomia que significa o desatrelamento do compromisso do Estado com a

manutenção do ensino público superior, a nossa proposta vai no sentido inverso. Ela é uma autonomia onde, sob forma de orçamento global, o Estado garante o financiamento e o exercício da autonomia na linha de cada universidade definir a sua política. A proposta de autonomia do governo fundamenta-se na lógica do mercado, numa avaliação quantitativa, no empresariamento do ensino superior.

Como você vê o governo FHC se apropriando de algumas bandeiras que eram apenas do movimento docente, do meio acadêmico, e não implantando absolutamente nada?

Cristina – Na verdade, não apenas este, mas outros governos também se apropriaram das nossas bandeiras. Nós defendemos a autonomia universitária, e o governo também. Porém, a diferença é de conceituação. Hoje, nosso grande desafio é dizer que a nossa proposta também é de orçamento global, mas que a do governo não é a mesma.



Maria Cristina de Moraes

Descaso e incompetência das reitorias

A greve de docentes e funcionários das universidades estaduais paulistas propiciou, em junho, uma grande mobilização junto à Assembléia Legislativa durante a tramitação da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 97. Foi possível derrotar o anteprojeto do governo Covas e, em 97, as universidades receberão 9,57% da quota parte estadual do ICMS, independentemente do comportamento da economia. Nossa vitória poderia ter sido maior dada a pressão do movimento, particularmente forte entre os estudantes, se as reitorias tivessem participado mais decisivamente da luta, sem fazer tanto jogo de cena. Pior ainda é que não se aproveitou a oportunidade para acertar os ponteiros com a Secretaria da Fazenda para que a LDO vigente em 96 fosse aplicada de maneira correta.

Em novembro último, o Fórum das Seis encaminhou ofício ao Cruesp com o objetivo de discutir a aplicação do redutor de repasse de ICMS, em caso de crescimento real da arrecadação. Nossa intenção era defender que o crescimento real da arrecadação de 95 para 96 fosse avaliado em cada mês pela comparação das arrecadações acumuladas de ICMS de janeiro até aquele mês, para 95 e 96, ambas deflacionadas por um mesmo indexador econômico. Tal iniciativa tinha por finalidade impedir que a comparação fosse feita entre as arrecadações de cada mês, caso em que quedas reais de arrecadação em um mês não seriam deduzidas de aumentos reais de arrecadação em meses subsequentes.

O Cruesp ignorou o ofício do Fórum das Seis e a questão somente foi discutida na reunião de negociação de 24/5/96. Fomos informados que as assessorias técnicas das reitorias teriam defendi-

do junto à Secretaria da Fazenda que a comparação fosse feita em termos de arrecadações acumuladas, mas não havia ainda uma resposta da Secretaria da Fazenda. Na ocasião, afirmamos que, a julgar pelo repasse de fevereiro, a Secretaria da Fazenda tinha optado pela aplicação mês a mês e que tal escolha era preocupante considerando a evolução da arrecadação de ICMS, já que nossas previsões apontavam um crescimento real da arrecadação mensal, com relação a 95, a partir de junho.

Durante a reunião com o Cruesp, em que o reajuste de 7,63% foi comunicado, a questão LDO-96 foi novamente lembrada e advertimos os reitores do risco que as universidades iriam correr. Veio a greve, a pressão sobre o Legislativo com relação à LDO-97 e chegamos à anunciada reunião de negociação (que não houve) em 10/7/96. Cobrada outra vez sobre a aplicação da LDO-96, a assessoria técnica informou que haveria uma reunião com a Secretaria da Fazenda em 22/7. No início de agosto solicitamos esclarecimentos sobre o resultado das conversações e ficamos sabendo que, aparentemente, a Secretaria da Fazenda está ignorando a reivindicação do Cruesp.

De fato, conforme nossas previsões, as arrecadações de ICMS de junho e julho e a estimada para agosto de 96 são superiores às correspondentes arrecadações de 95. Não obstante, a arrecadação acumulada de janeiro a agosto de 96 é menor, em termos reais, que a do corres-

Repasse de ICMS para as Universidades Estaduais Paulistas

Mês	ICMS real* 95	ICMS real 96	ICMS (95) acumulado	ICMS (96) acumulado	Repasse (a)	Repasse (b)
Jan	152,41	150,27	152,43	150,27	14,38	14,38
Fev	122,57	131,62	274,98	281,89	11,95	12,10
Mar	164,04	135,56	439,02	417,45	12,97	13,47
Abr	156,25	145,73	595,27	563,18	13,95	13,95
Mai	148,01	147,43	743,28	710,61	14,11	14,11
Jun	142,60	143,75	885,88	854,36	13,67	13,76
Jul	139,39	147,69	1.025,27	1.002,05	13,54	14,13
Ago	133,02	146,23	1.158,29	1.148,28	13,05	13,99
Set	135,30	149,97	1.293,59	1.298,25	13,30	14,02
Out	137,46	152,42	1.431,05	1.450,67	13,51	13,51
Nov	138,13	153,48	1.569,18	1.604,15	13,59	13,59
Dez	160,82	155,30	1.730,00	1.759,45	14,86	15,26
Total	1.720,00	1.759,45			162,88	166,27
Porcentagem do ICMS total de 1996					9,26%	9,45%

* Deflator IPC-Fipe; 100 em janeiro de 89.

pondente período de 95. Portanto, até agora não houve crescimento real de arrecadação e o redutor previsto na LDO-96 não poderia estar sendo aplicado. Mas está. E, por isto, os repasses às universidades nos últimos três meses ficaram abaixo do que deveriam estar.

Para não ficarmos apenas na retórica, vamos mostrar a queda de repasse provocada exclusivamente pela aplicação tendenciosa da LDO-96. Para tanto, vamos admitir que a arrecadação de ICMS para os meses finais de 96 siga a tendência prevista pelo Cruesp. A tabela acima mostra, em termos do ICMS deflacionado pelo IPC-Fipe (índice adotado pelo governo do Estado), os repasses às universidades de acordo com dois critérios: (a) adotado pela Secretaria da Fazenda e (b) defendido por nós. A diferença a favor das universidades com a utilização do critério (b), conceitualmente correto, corresponde a 0,21% da quota parte estadual na arrecadação de ICMS de 96, isto é, cerca de 30 milhões de reais em agosto de 96.

Além de vontade política para remanejar recursos e

priorizar a questão salarial, está faltando às reitorias competência administrativa para defender os recursos das universidades da aplicação arbitrária e lesiva da LDO-96. No caso da USP, os sintomas do descaso da reitoria são bem visíveis. Em audiência pública com o reitor, durante a greve, insistimos na concessão de um reajuste maior para evitar que funcionários fossem vítimas de agiotas. E o que fez a reitoria? Assinou convênio com o Banco Real, oficializando a agiotagem e, agora, funcionários e docentes podem pagar taxa de juros de apenas 69,6% ao ano! Precisamos de salários decentes e não de agiotagem menos extorsiva! Enquanto não se move uma palha para melhorar os salários, vemos uma cidade universitária tumultuada, como a cidade de São Paulo, por obras de prioridade discutível.

Até quando as universidades sofrerão as consequências de ter reitores descompromissados com as instituições que dirigem?

PS.: Faltam 16 meses para o encerramento do mandato do atual reitor. Quem virá depois? Com que programa? Comprometido com quem?